

---

**O RETORNO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: REINTEGRAÇÃO SOCIAL, ASSOCIAÇÕES, DIVISÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E DIREITOS DOS FEBIANOS**

Suliane da Silva Cardoso<sup>a</sup>, Taiane Fabiele da Silva Bringuenti<sup>a</sup>

a) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (PUCRS).

---

**Informações de Submissão**

\* Autor correspondente (Orientador)  
TaianeFabiele da Silva Bringuenti  
Endereço: R. Antônio Batista, 826 – Viamão.  
CEP: 94495-020.

**Palavras-chave:**

Força Expedicionária Brasileira, Reintegração Social, II Guerra Mundial, Divisões Político-partidárias, Direitos.

**Resumo**

A participação do Brasil na segunda guerra mundial, através de envio da Força Expedicionária Brasileira, ainda constitui uma lacuna na literatura produzida sobre o período. Poucos são os pesquisadores, de diferentes áreas de estudo, que se debruçam sobre esse tema, acabando por produzir um esquecimento frente à participação de muitos brasileiros nesse período conturbado da história mundial. Para tanto, com fim de contribuir para o preenchimento dessa lacuna de observação, o presente artigo objetiva analisar como se deu o retorno da Força Expedicionária Brasileira, após a participação na segunda guerra mundial. Seus dilemas, mobilização, reintegração social, criação de associações, dificuldades e obstáculos que os febianos encontraram ao retornar ao seu país, também serão o foco de análise deste trabalho.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A história da Força Expedicionária Brasileira é considerada por muitos historiadores como uma parte da história nacional que vem passando por um processo gradual de esquecimento por parte da sociedade brasileira. Além da escassez em âmbito escolar e no meio universitário, no geral, muito pouco se sabe sobre os feitos da FEB e, algumas vezes, nem mesmo se tem conhecimento sobre a existência da Força Expedicionária Brasileira. (Henriques, 1959; Brayner, 1968; Ferraz, 2005; Tomaim, 2006; Castro, 2012, Ferraz, 2001). Até o ano de 2001, de acordo com pesquisa

realizada pela ANPUH, foram apenas cinco o número de trabalhos publicados, entre dissertações e teses, com o tema da FEB, sendo um deles, inclusive, de um veterano.

O processo de reintegração social dos expedicionários no retorno ao Brasil será explorado neste trabalho através de autores como Henriques (1959), Ferraz (2001), Tomaim (2006) e Moraes (1984), em busca de uma maior compreensão acerca do referente período e das dificuldades enfrentadas pelos febianos, como os problemas de caráter psicológico, os obstáculos no campo profissional e mesmo na busca de apoio estatal através das associações, que encaravam também problemáticas internas, como as divisões político-partidárias entre os seus membros.

O presente artigo objetiva, portanto, a realização de uma análise deste período referente às experiências vividas pelos brasileiros que fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira no retorno ao Brasil, tendo como intuito o auxílio no preenchimento desta lacuna investigativa, que pouco tem chamado a atenção de pesquisadores ao longo do tempo. Para tanto, buscou-se, através da contextualização histórica do período, a análise sobre a nova guerra enfrentada pelos ex-combatentes em seu retorno, desde sua desmobilização, à reintegração social, criação de associações, conquista de direitos e ao que restou de suas memórias através da historiografia, buscando compreender quais foram as situações, dificuldades e desafios enfrentados pelos febianos no retorno ao seu país. A “nova guerra” não seria, entretanto, uma luta de armas, mas sim, uma resistência: na busca por direitos, valorização e um lugar de memória.

## **2. O RETORNO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: NOVA HISTÓRIA DE ENFRENTAMENTOS**

As tropas brasileiras formadas pelos expedicionários retornaram ao Brasil no ano de 1945. Autores como Henriques (1959), Costa (1995), Moraes (1984) e Soares (1958) relatam que os primeiros navios de retorno, que tiveram sua chegada na cidade do Rio de Janeiro, foram recebidos de maneira calorosa pela população e pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. O comandante Mascarenhas de Moraes afirma que os escalões “foram recebidos pela população carioca entre delirantes demonstrações de júbilo e ao calor apoteótico das ovações” (MORAES, 1984, p. 356) e que “jamais o Rio de Janeiro viveu momentos de maior exaltação patriótica” (*idem*).

A recepção dos expedicionários, de volta ao Brasil, foi um acontecimento estrondoso, empolgante e colossal. Apoderou-se, irresistivelmente, das atenções de todos os brasileiros. (...) O Exército, que permaneceu no Brasil, alinhou-se, formando cordões de isolamento, ao longo das avenidas, para conter o povo, em suas manifestações, diante dos heróis que desfilavam ao desembarcar. (SOARES, 1958, p. 334)

Para além da recepção calorosa, os feitos dos soldados brasileiros em terras italianas eram também exaltados através de todos os meios de comunicação da época. (Soares, 1958). Moraes (1984) afirma que após o retorno dos febianos ao Brasil, foram duas as vezes em que Harry Truman, Presidente americano, ressaltou a ação de comando dos soldados brasileiros. No calor das recepções, os expedicionários animavam-se com a recepção. Soares (1958) aponta que começavam a aparecer diversas vantagens atribuídas aos ex-combatentes: “iam ter direito a coisas que jamais sonharam, aos melhores empregos. (...). Todas as portas estariam abertas para eles. Mas tudo vago. Nada definido a claro. Promessas vãs, hipotéticas. E, não raro, meros engodos”. (SOARES, 1958, p. 334)

Lá, naqueles tempos, tudo era alegria e festa – a festa da vitória parecia não ter mais fim. E apareciam tantas promessas, tantos artigos e leis boas para os expedicionários, que não havia com o que se preocupar. Todo mundo agradava e festejava os heróis. Sobrava gente distinta disputando um lugar para pagar os aperitivos e até cerveja e almoço mesmo que para que os pracinhas contassem as aventuras da guerra; para que falassem do papel bonito que o Brasil fez lá fora. (SOARES, 1958, p. 16)

O contexto político brasileiro, durante os anos de conflito, havia passado por importantes transformações. Pinheiro (2004) aponta que o envolvimento brasileiro no conflito mundial trouxe efeitos que não haviam sido previstos, recaindo sobre a política doméstica. A autora assinala que a contradição entre o envio de tropas para lutar em favor da democracia na Europa e a manutenção de um regime político interno de natureza autoritária como o Estado Novo, haviam acirrado a os ânimos da política interna de Getúlio Vargas. A Força Expedicionária Brasileira foi desmobilizada ainda antes de retornar ao Brasil e essa decisão foi vista pelos historiadores como uma estratégia política.

No Brasil, apesar das festas, os expedicionários foram rapidamente desmobilizados. (...) A pressa foi tão grande em acabar com a FEB que os pracinhas já saíram da Itália com seus certificados de baixa e quando chegaram ao Brasil já não estavam mais sob a autoridade do

comandante da FEB, mas do comandante militar do então Distrito Federal, não exatamente simpaticamente dos febianos. (HAAG, 2013, p. 84)

Haag (2013) ressalta que os rumores da época afirmavam que o novo tipo de força militar da FEB: mais profissional, liberal e democrático, representava uma ameaça ao exército. Pairava um receio de que os oficiais febianos pudessem ser cooptados pelos comunistas e que atrapalhassem a balança político-eleitoral. Por outro lado, temia-se que os expedicionários, entre os quais Vargas tinha grande popularidade, “pudessem apoiá-lo e empolgar a população para soluções diferentes daquelas do pacto conservador das elites políticas para a sucessão do antigo líder do Estado Novo.”. (HAAG, 2013, p. 83).

Costa (1995), assinala que a dissolução automática da FEB não disfarçava as preocupações do governo ditatorial brasileiro com as implicações políticas de seu retorno, que acabava de consagrar-se na luta das democracias contra o totalitarismo nazifascista. No retorno ao Brasil, os pracinhas foram “proibidos de usar em público condecorações ou peças de uniforme militar e, os militares profissionais, foram mandados para as fronteiras ou para longe dos grandes centros.”. (ROSA, 2012, p. 13). Pimentel (2010) salienta ainda que a Força Expedicionária Brasileira representava uma ameaça ao jogo político da época, sendo este fator um dos possíveis motivos da malsucedida reintegração social de seus expedicionários.

A dissolução da FEB ocorreu em maio de 1945, ainda em território Italiano, tendo a sua desmobilização com a chegada dos expedicionários ao Brasil. (TOMAIM, 2006). O Aviso de 11 de junho de 1945, emitido pelo Ministério da Guerra declarava que ficaria “proibido, por motivo de interesse militar, aos oficiais e praças da FEB fazer declarações ou conceder entrevistas sem autorização do Ministério da Guerra”. (HAAG, 2013, p. 84). O objetivo da desmobilização da FEB pautava-se em amenizar o impacto da chegada dos expedicionários e evitar declarações que pudessem comprometer a instituição militar ou envolvê-la nas questões políticas que fermentavam naquele momento. (Tomaim, 2006; Haag, 2013). Ferraz (2005) conclui que a razão da desmobilização foi especificamente política: tanto as autoridades do Estado Novo em decadência quanto as forças de oposição temiam o pronunciamento político dos expedicionários, no que poderia ser a repetição do envolvimento político dos militares no século anterior após a Guerra da Tríplice Aliança.

A FEB também não era bem-vinda por boa parte dos membros do exército. (HAAG, 2013). Quando os expedicionários retornaram ao Brasil, eles obtiveram prestígio popular, o que teria sido motivo de receio entre muitos militares, que sentiram que poderiam “ficar para trás” em suas carreiras. “Se iniciou uma conspiração surda da maioria que temia ser ultrapassada em suas promoções e cargos.”. (HAAG, 2013, p. 84). Muitos dos oficiais febianos, como relatam Silva, Medeiros e Vianna (2015), juntaram-se aos movimentos de oposição a Vargas, colaborando, posteriormente, para sua deposição. Os autores afirmam que, a partir disto, seria canônica a versão histórica de que a participação brasileira na guerra teria contribuído decisivamente para o fim do Estado Novo. Ademais, quando retornam ao Brasil, a maioria dos expedicionários acabou se desincorporando do exército.

É importante ressaltar que tanto civis como militares passaram a olhar com maus olhos para os febianos por receio de perder seus postos profissionais. Nesse campo fértil de medo, inveja e incompreensão provavelmente surgiram às histórias denegrindo a imagem dos pracinhas. Entre elas, a de que estes foram em 1944 fazer turismo na Europa. (OLIVEIRA, 2014, p. 2)

Para além, os febianos também enfrentaram diversas consequências psicológicas causadas pelo conflito de guerra, o que afetou diretamente nas dificuldades enfrentadas por eles para o retorno em suas vidas cotidianas. (Moraes, 1984, Costa, 1995, Soares, 1958; Ferraz, 2005 e Silveira, 1989) Costa (1995) afirma que muitos dos expedicionários voltaram marcados pelas cenas de combate e também pelos enganos da glória, tendo estes sentimentos refletidos na difícil reintegração ao modo de vida anterior. Para o autor, a mocidade do pracinha não voltou, ou a que voltou, retorna marcada pela guerra e modifica o homem dentro de si. Os expedicionários não eram mais homens comuns, pois devido aos meses em que viveram em outro meio social, presenciando os horrores da guerra, já não eram mais os mesmos. “Essa mudança tornou-se evidente no surgimento de dificuldades na readaptação e nos conflitos em seus empregos, em suas famílias e na sociedade.”. (PIMENTEL, 2010, p. 5)

Ferraz (2005) afirma que boa parte dos febianos conseguiu retornar às rotinas de vida familiar e cotidiana sem muitos problemas, mas que a readaptação da vida comum encontrou dificuldades no próprio reflexo social da imagem dos ex-combatentes. Criou-se uma concepção popular de que os febianos voltaram “neuróticos de guerra”. A reintegração social, dificultada pelos

problemas psicológicos oriundos da guerra entre alguns dos combatentes, enfrentou também os desafios da convivência com a sociedade civil.

O sociólogo Alfred Schutz (1979) afirma que o lar, para aquele que retorna da guerra, já não é mais o mesmo, uma vez que, quando este retorna, possui experiências individuais que fazem de si um “outro homem” e que ocorre um processo de mútua tipificação, tanto para quem participou do conflito, quanto para aqueles que ficaram. As memórias, as experiências e compreensões não são mais as mesmas. Para Castro (2012), esse processo também teria sido um dos grandes obstáculos enfrentados no retorno dos febianos ao lar. Ferraz (2005) aponta que não houve uma preparação na sociedade brasileira para os jovens que retornaram, “estes, que viveram a experiência limite que é participar de uma guerra, estavam naturalmente mudados.” (FERRAZ, 2005, p. 69). Havia, por exemplo, entre alguns combatentes, dificuldades em falar sobre as experiências que passaram na Itália, mesmo para seus familiares e amigos próximos. Encontrava-se uma distância emotiva entre aqueles que foram e os que ficaram, o que terminava por dificultar ainda mais a reintegração.

Toda tropa que se desmobiliza após uma guerra tem dois problemas fundamentais: a readaptação e o amparo psicossocial e material. Nada disso foi feito a tempo quando da desmobilização da FEB. O povo brasileiro não foi preparado adequadamente; o soldado não foi esclarecido de como deveria proceder para se readaptar ao dia-a-dia e o povo não foi informado como deveria recebê-lo. (SOARES, 1958, p. 334)

Lins (1975) ressalta que, às vezes, mesmo entre os familiares dos veteranos, lavrou-se o conceito de que a guerra e a neurose eram sinônimos, “daí a dificuldade em serem readmitidos nos antigos empregos. Arranjar novos era quase impossível.” (LINS, 1975, p. 196). A reintegração profissional teria sido um dos maiores desafios enfrentados pela FEB em seu retorno. Ademais, as leis que determinavam a retomada dos empregos antigos nem sempre eram cumpridas e, mesmo quando eram, as dispensas continuavam a acontecer. Os argumentos eram normalmente “inadaptação, incompetência ou problema de relacionamento.” (FERRAZ, 2005, p. 69). Pimentel (2010) assinala que se alegava que os veteranos tinham desajustamentos e neuroses, e, em decorrência, voltavam a demiti-los. A lei não foi efetiva nesse sentido, já que não era cumprida pela população.

A dispensa dos expedicionários, da maneira realizada pelo Estado, de acordo com Silveira (1989), refletiu nas dificuldades da reintegração, onde passaram a ser vistos como “inadaptados à

vida civil, transformando aqueles que seriam elementos de produção em ônus para a sociedade.”. (SILVEIRA, 1989, p. 225). Ferraz (2005) assinala que havia ainda o fato de que muitos dos febianos haviam sido convocados justamente na faixa etária de aprendizagem profissional. Por consequência, quando retornaram da guerra, não tinham emprego, nem formação. “Segundo as associações de ex-combatentes criadas logo após o seu retorno, o desemprego entre os veteranos brasileiros era contabilizado aos milhares.”. (FERRAZ, 2005, p. 69). Sem uma formação específica para trabalhar, muitos febianos tiveram que “enfrentar um mercado de trabalho desigual.”. (Pimentel, 2010, p. 6).

Para Silveira (1989) a desmobilização imediata não permitiu um planejamento adequado para tirar melhor proveito da nova força de trabalho que retornava ao mercado. Pencak (2010) afirma que não houve um suporte oferecido pelo estado para os problemas psicológicos enfrentados pelos veteranos após os meses que passaram na frente de batalha. O soldado Francisco Resende relata que

Quando a FEB foi dissolvida, nós fomos silenciados. Cada um buscou o seu destino neste Brasil afora. Ficamos sem emprego, jogados fora por mais de 19 anos. Muitos de meus companheiros, que tinham alguma neurose, começaram a se embriagar, a dormir pelos bancos das praças, vários, inclusive, morreram. (...) empresa nenhuma queria dar emprego para os pracinhas em face de nossa idade já avançada e alguns com sérios problemas psicológicos. Nós iríamos (como falavam) só criar transtornos onde fôssemos. (RESENDE, *apud* ROSA, 2012, p. 75).

Ferraz (2005) ressalta que após certo tempo, as pessoas já não queriam mais ouvir suas histórias de guerra e não raro era aos ex-combatentes ouvirem de populares que o período de guerra passado na Itália havia sido mais um “passeio” do que uma guerra de verdade. O autor afirma que mesmo a contribuição da Força Expedicionária Brasileira foi colocada em dúvida. No mesmo sentido, Soares (1958) afirma que foram muitos os direitos e vantagens prometidos aos ex-combatentes, mas que não chegaram a ser alcançados e que após as promessas anunciadas e a alegria do recebimento, “as histórias de ataques e patrulhas, tantas vezes contadas, não interessavam mais ninguém, nem pareciam tão emocionantes como nos primeiros dias.”. (SOARES, 1958, p. 17).

Era o fim de suas esperanças de trabalho. Viu-se na rua, sem emprego, sem dinheiro, sem outra perspectiva na vida a não ser a ameaça da miséria total. (...) As coisas estavam sempre mudando; apenas a pobreza deles continuava a mesma. Nunca imaginara retornar um dia

assim como retornava: inútil, sem nada, desamparado. Incapaz! (...) Conversou com uns e outros, orientando-se sobre os seus direitos. Aconselharam-no a requerer a reforma do soldado. Requereu-a. Requerendo-a passou a viver de esperanças, de expectativas, de esperas prolongadas, de ânsias e de frustrações sem conta. (SOARES, 1958, p. 17).

O esquecimento da Força Expedicionária Brasileira tornou-se pauta constante entre os historiadores da FEB. Para Tomaim (2006), entende-se a brutalização do combate como uma norma, já que matar o inimigo é uma função que deve ser exercida de ambos os lados, mas no caso brasileiro, houve ainda outros problemas além das barbáries vividas no front: enfrentar o esquecimento de sua participação na história. A memória da FEB é hoje reservada aos museus de associações dos veteranos, aos poucos pesquisadores e interessados pela história militar e de guerra e aos próprios veteranos da FEB. (TOMAIM, 2006). Barone (2013) afirma que a participação dos brasileiros na maior e mais cruel guerra já vivida pela humanidade foi uma página marcante da história, mas que é surpreendente constatar que, depois de sete décadas, permaneça cercada de tabus e versões errôneas, sofrendo um esquecimento generalizado.

O esquecimento da sociedade civil e do Estado acabou submetendo os ex-combatentes brasileiros a uma banalidade tanto quanto a guerra em que foram participantes, o desprezo acompanhado das atrocidades que presenciaram fez dos veteranos da FEB, após o seu retorno, vítimas de seus próprios dilemas de consciência, levando-os, não raramente, ao alcoolismo e ao suicídio. (TOMAIM, 2006, p. 151)

As associações brasileiras de apoio aos ex-combatentes, os historiadores e interessados pelo tema da FEB buscam, ainda hoje, desmistificar as histórias mal explicadas e preservar em território nacional através de programas de incentivo, obras cinematográficas, literárias, entre outras ações, a memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Tomaim (2006) assinala que atualmente, a luta dos ex-combatentes se baseia em um reconhecimento social que transmita uma construção de identidade do nacional ou dos significados da participação destes brasileiros na guerra em nosso imaginário social.

Na busca por amparo social, os expedicionários se uniram e criaram associações com fins de efetivação de seus objetivos. Seriam estas associações: Associação dos Ex-Combatentes Brasileiros (AECB), Legião Expedicionária Paranaense (LEP) e Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). As associações brasileiras, entretanto, enfrentariam novos desafios: os embates



político-ideológicos dividiram opiniões dentro das associações e ameaçavam um possível encerramento das atividades das mesmas, dificultando ainda mais para a concretização dos objetivos na busca por direitos dos febianos.

### **3. ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES BRASILEIROS (AECB)**

A dissolução súbita da Força Expedicionária Brasileira teria feito com que os veteranos ficassem desarticulados. Surgiram, a partir disso, dois grandes desafios aos febianos: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque e a construção de uma nova identidade baseada no binômio combatente/ex-combatente. (Silveira, 1989; Silva, 2014). Ainda na Itália, os febianos cogitaram a criação de uma associação de ex-combatentes. Isso teria partido de uma influência das tropas aliadas, já que países como França, Inglaterra e Estados Unidos já haviam passado pelas dificuldades de readaptação oriundas de outros conflitos, buscando, através da criação de associações, adquirir direitos, benefícios e amparos aos associados. (Pimentel, 2010). Em decorrência, funda-se a Associação de Ex-Combatentes Brasileiros (AECB), tendo sua primeira sede construída na cidade do Rio de Janeiro.

À medida em que os veteranos voltaram para casa, formaram organizações para garantir seus direitos básicos. A mais importante delas foi a Associação de Ex-Combatentes Brasileiros (AECB), formada em outubro de 1945, reunindo veteranos do 5º Exército dos EUA, da Marinha e da Força Aérea que lutaram na Campanha do Atlântico Sul. (Tradução nossa, PENCAK, 2009, 110)<sup>1</sup>

O estatuto da associação apontava como objetivos da AECB uma maior integração social entre os expedicionários, a representação dos seus interesses coletivos diante das autoridades do Estado e a busca pela preservação e promoção da memória social dos cidadãos-soldados, oferecendo, dentro de suas possibilidades, “assistência social e jurídica àqueles companheiros em dificuldades” (SILVA, 2014, p. 4). O surgimento da associação significava também uma maior proximidade entre os febianos, onde estes poderiam “constituir um espaço de vivência social e

---

<sup>1</sup> Original: As the veterans returned home, they formed organizations to guarantee their basic rights. The most important of these was the Association of Brazilian Ex-Combatants (AECB), formed in October 1945, assembling veterans of the 5th U.S. Army, Navy, and Air Force men who had fought in the South Atlantic Campaign. (PENCAK, 2009, 110)

política, ou seja, as associações constituíam também um ponto de encontro e de eventos sociais de seus afiliados e familiares, assim como se instituíram como uma voz interlocutora legítima dos ex-combatentes.”. (PIMENTEL, 2010, p. 6). Não há documentações acerca dos dados precisos em relação à quantidade de expedicionários a se filiarem nas seções da AECB, entretanto, Ferraz (2005), afirma que o número de adesões em algumas seções fora expressivo, como as do Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e São João Del Rei (MG).

No inciso V, do artigo 88 do estatuto da AECB, ficava estipulada a destituição do mandato de diretor caso fossem pregadas ideologias político-partidárias nas dependências da associação. Inicialmente, porém, muitos de seus membros discordaram, o que desagradava a maioria dos participantes da associação. As prioridades deveriam ser, para estes, a busca por amparo das leis àqueles que se encontravam mais necessitados e também a de manter viva a memória da Força Expedicionária Brasileira. Parte dos membros visavam uma associação apartidária, sem conotações políticas, enquanto que, por outro lado, alguns dos ex-combatentes já estavam envolvidos com a militância de partidos.

Artigo 88 – Será destituído do mandato de Diretor, membro do Conselho Fiscal que: I. Malversar ou dilapidar os bens da Associação; II. Praticar grave violação do presente Estatuto; III. Praticar atos que incompatibilizem moralmente para o exercício do cargo; IV. Faltar com o decore nas reuniões colegiadas; **V. Pregar ideologias político-partidárias nas dependências da Associação.** (Art. 88, Estatuto da AECB, p. 18, grifo nosso).

Havia muitos militares de esquerda integrados na AECB, caso do veterano Jacob Gorender, que era membro do PCB. (SILVA, 2014). Desta forma, os embates ideológicos no Conselho da associação tornaram-se inevitáveis. A direção da associação começou a tomar medidas de caráter político, participando de forma ostensiva de alguns movimentos político-partidários da época, sobretudo de tendência de esquerda. (Silveira, 1989). No período entre a fundação das associações, a grande presença de comunistas entre os associados, inclusive em cargos importantes das diretorias foi motivo de preocupação e divergências por parte dos setores mais conservadores das AECBs. Silva (2014) justifica que o contexto internacional de confronto entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que emergiu da Segunda Guerra Mundial foi determinante na configuração desse cenário político no pós-guerra.. (SILVA, 2014, p. 4 – 5)

Neste período, as disputas eleitorais marcavam o processo de redemocratização de 1945. A partir de 1950, a perseguição aos comunistas se evidenciaria, e, desta forma, os maiores embates nas associações de veteranos, ocorridos neste período, refletiriam o contexto político da época. O PCB foi cassado pelo TSE em 1947 e na organização interna da AECB foi acontecendo um afastamento gradativo dos comunistas da diretoria ao longo dos anos. (SILVA, 2014). De acordo com Silveira (1989), parte da associação queria dividir-se. Em reunião realizada no Clube Militar, os militares da ativa propuseram a fundação de outra associação por motivo das divisões político-ideológicas existentes na associação, mas o então presidente do Conselho nacional, Oswaldo G. Aranha convenceu os membros a manterem uma única associação. Ao longo do tempo, os ex-combatentes que não desejavam envolver-se em militância política e partidária foram se desligando da AECB e apesar das novas tentativas em despoliticizar a associação dos ex-combatentes, as disputas internas continuaram se acirrando cada vez mais, surgia, no seio da associação, “uma disputa entre duas práticas de ação pública”. (PIMENTEL, 2010, p. 9).

Por um lado, os Ex-Combatentes da FEB, entendiam que a luta pelos direitos era fundamentalmente política, e que os seus direitos só seriam respeitados por meio de uma mobilização em uma militância política permanente e que aquele que arriscou a vida pela democracia deveria ter não apenas o direito, mas o dever de pronunciar-se nos assuntos da vida nacional. A outra corrente, que acabou se mostrando nas Seções-Regionais da Associação, como Brasília, Mato Grosso e São Paulo, repudiavam qualquer mobilização de cunho político e ideológico, pois, consideravam que a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil não era o lugar apropriado para o debate dos assuntos nacionais, os mesmos Veteranos da FEB, seriam anos depois os fundadores da entidade da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. (SILVA, 2014, p. 6 – 7)

No contexto do regime militar, as divergências ideológicas dentro da AECB continuavam, principalmente na seção regional do Rio de Janeiro. Alguns membros da associação protestaram contra os objetivos da promulgação da *Lei de Segurança Nacional*, usada pelas autoridades do governo militar para prender os suspeitos de subversão, “entre os quais os Expedicionários de esquerda eram bastante visados” (RIBEIRO, 2013, p. 10). Foram diversos os estados a tornarem seus protestos públicos, ainda assim, ocorreram várias prisões e desaparecimentos de ex-combatentes, como o caso de prisão do deputado comunista Gervásio Gomes e do membro do

Conselho Nacional da AECB; Salomão Malina. Ao fim do regime, centenas de ex-combatentes devolveram suas medalhas de campanha da Itália, em protesto, mas o gesto teve repercussão de pouco tempo na imprensa.

Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 foram vários memoriais enviados pela AECB para autoridades federais, estaduais e municipais, reivindicando empregos e denunciando o não cumprimento de leis já existentes que tratavam do processo de reintegração social dos veteranos (Silva 2014). Nass (2005) salienta que a efervescência política pela redemocratização do país acabou refletindo no interior das entidades que faziam parte da AECB. Como consequência de longos períodos de discordâncias internas entre as associações regionais e por muitas dessas entidades serem contrárias à linha política adotada pela associação, seis estados se afastaram, sendo estes: Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

#### 4. LEGIÃO PARANAENSE EXPEDICIONÁRIA (LPE)

Em Curitiba, um movimento entre os expedicionários surgiu pouco depois da criação da AECB. A Legião Paranaense dos Expedicionários foi criada no ano de 1946, formada por oficiais da ativa e da reserva do exército que haviam atuado na Segunda Guerra Mundial. Tal qual a AECB, a LPE também possuía um caráter anticomunista de parte dos membros dentro da associação nos primeiros anos de seu surgimento. Estipulou-se a exigência de que em todas as reuniões da associação deveria haver um membro da DEOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Nass (2005) assinala que “a presença da polícia política – DEOPS, desde a sua primeira reunião, revela a permanência do caráter autoritário e a acentuada representação anticomunista por parte do Estado” (NASS, 2005, p. 97). O discurso da polícia política era de que as reuniões poderiam converter as pessoas menos esclarecidas e indecisas, transformando-as em divulgadores de ideais subversivos. A partir disto, foram instituídos os principais princípios da associação.

A reunião, promovida pelo expedicionário Albor Pimpão Ferreira, em 12/01/1946 traçou os seguintes propósitos: **partindo sempre do pressuposto de que os expedicionários se manteriam sem qualquer credo político-partidário**, buscando preservar a união dos ex-combatentes da FEB que lutaram nos campos da Itália e procurariam a integração entre os veteranos das demais forças da Terra, Mar e Ar. (...) Assim foram lançadas as bases da fundação da LPE, garantindo sua instituição jurídica. (NASS, 2005, p. 98, grifo nosso)

A associação paranaense resistia em incorporar em seus discursos públicos, pronunciamentos que não fossem relacionados aos problemas dos ex-combatentes. Para a associação, não havia a necessidade de mobilizar politicamente seus membros para que conseguissem os objetivos propostos pela mesma. Em 1947, a Legião Paranaense Expedicionária deixa de fazer parte da AECB, onde pressupôs uma nova identidade para o grupo, visando que fosse uma associação apolítica. Havia, na LPE, de acordo com Nass (2005) um caráter conservador que iria se acentuar na década de 1950, com a ocupação da presidência das diretorias por oficiais militares da ativa. A associação justificou a eleição dos novos representantes como um caminho que possibilitaria acesso aos canais de poderes públicos, onde suas reivindicações seriam aceitas e seus processos seriam acelerados.

A LPE foi aos poucos ganhando notoriedade com a adesão de ex-combatentes, empresários, intelectuais e da sociedade civil. Dentre uma das conquistas realizadas pela associação, está a Casa do Expedicionário, que teve sua criação no ano de 1951, na sede da Legião Paranaense. Bressan (2015) afirma que a principal função da Casa do Expedicionário era fornecer serviços de apoio aos ex-combatentes. Nass (2005) assinala que, diariamente, diversos ex-combatentes procuravam a entidade por busca de apoio, os relatórios da associação confirmaram que muitos veteranos eram encaminhados para os próprios ex-combatentes médicos que se dispuseram voluntariamente a ajudar nas questões de saúde. Quanto à ajuda profissional, foram solucionados, ao todo, 168 pedidos dos ex-combatentes através da associação do Paraná. Oliveira (2011) ressalta que quase todo o espaço da Casa do Expedicionário era ocupado por serviços sociais oferecidos aos veteranos, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, etc.

Dentre as ações da Legião Paranaense, é possível destacar duas: a criação de um jornal: *O Expedicionário* e a criação de um Museu da FEB. Nass (2005) afirma que o jornal tinha como finalidade manter os associados e demais pessoas da comunidade informados sobre as atividades e realizações da Legião Paranaense e divulgar as ações e feitos da Força Expedicionária Brasileira. Criado em agosto de 1947, o primeiro número do jornal continha 12 páginas e foram impressos 2 mil exemplares, distribuídos gratuitamente entre os afiliados da instituição e a sociedade. (NASS, 2005). Em relação ao museu, um processo para sua criação foi iniciado através de uma campanha para reunir peças ao acervo. Com um grande número de doações, a Legião Paranaense decidiu

transformar todo o prédio da Casa do Expedicionário em um museu, que teve a sua inauguração em dezembro de 1980. O Museu paranaense é considerado como um dos mais completos do Brasil sobre o assunto.

A Legião Paranaense do Expedicionário possui um convênio com o governo do estado, colaborando no custeio de despesas do museu, como energia elétrica, limpeza, vigilância, entre outros. A LPE torna-se significativa para a história da Força Expedicionária Brasileira parte pela proporção de indivíduos do estado que participaram da FEB e são também atuantes da associação, que equivalem a cerca de 10% do total de expedicionários que o Brasil enviou à Itália para combater o nazifascismo durante a II Guerra Mundial.

## **5. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB (ANVFEB)**

Na década de 1960, foram promulgadas algumas leis que cediam os mesmos direitos à vários segmentos militares que não foram para o *front*, que seriam prerrogativas dos febianos. Diante disto, surgiu a ideia de uma associação especificamente de febianos, combatentes que foram para a Itália através da FEB lutar contra as forças nazifascistas. Silveira (1989) aponta que, em 1963, cerca de cem ex-combatentes, entre civis e militares reuniram-se e fundaram o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália (CVCI). A condição para o ingresso no clube exigia que o sócio fosse portador da Medalha de Campanha, tornando a associação somente de febianos, diferente da AECB. No mesmo ano, deu-se a criação de um Conselho Deliberativo que elegeu a primeira diretoria do clube. Em 1969, houve a primeira alteração do nome, de Clube de Veteranos para Associação dos Veteranos da FEB (AVEFEB) e em 1972, para Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), nome que continua em uso até os dias atuais. A nova entidade não demoraria a disputar com a AECB a filiação das entidades locais.

A ANVFEB foi estabelecida como uma entidade civil de direito privado. Com sede própria no Rio de Janeiro, a associação contava com um museu: “Casa da FEB”, auditório e sala de conagração dos veteranos, biblioteca e museu de imagem e som. Ao todo, foram feitas trinta e oito sessões regionais em quase todos os estados do país. Sem fins lucrativos, a ANVFEB é considerada como de utilidade pública estadual e federal, esta última por decreto de novembro de 1985. (PRETTI, 2012). Na época de sua fundação, a associação congregava cerca de quatorze mil

associados, em 2000, esse número diminuiu para 10.000 membros espalhados pelo Brasil e continua, ainda assim, cerca de 2.000 a mais que as outras associações (Pencak, 2009). Atualmente, entretanto, este número foi reduzido para cerca de quatro mil, em função do falecimento dos veteranos.

Houve um processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, o que representava uma ameaça permanente à manutenção da memória através das associações. Ribeiro (2010) ressalta que nos últimos tempos, há uma preocupação constante entre os veteranos baseada na dúvida quanto ao futuro das associações após a morte dos últimos associados. A ANVFEB “encontra-se em difícil situação, sem recursos financeiros para fazer frente aos encargos administrativos e quadros capazes de enfrentar a eventualidade, pois seus associados são cidadãos que já ultrapassam oitenta anos.”. (BLAJBERG, 2008, p. 53). Em 2008, a Casa da FEB foi fechada em virtude de sua exaustão financeira. Os motivos foram também devidos a drástica redução do quadro de associados e principalmente ao fato de não ter recebido qualquer auxílio dos poderes públicos.

## **6. AS CONQUISTAS E DERROTAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

As associações voltadas aos veteranos e ex-combatentes surgiram, inicialmente, para atender às necessidades imediatas dos expedicionários. Ferraz (2003) afirma que os grupos organizados reunidos nas associações tornaram-se agentes de memória e desempenharam esforços de rememoração e valorização permanente de suas ações do passado, não apenas com os objetivos de comemoração dos feitos, mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social. O autor salienta ainda que apesar do esforço de organização do grupo de veteranos e ex-combatentes, foram muitos os conflitos, disputas e divisões entre as associações. De acordo com Nass (2005), o viés político-partidário sempre esteve de alguma forma presente nas associações, seja de forma aberta ou velada, o que dificultava as relações internas entre os membros.

Com o tempo, a presença militar nas associações aumentou significativamente e a partir da década de 1960, as rotinas das associações baseavam-se em uma constante: eventos de solenidades em homenagem aos mortos na guerra e às vitórias conquistadas, o que acabou militarizando as principais cerimônias vinculadas à FEB. As associações protestavam na imprensa e em seus

próprios periódicos contra o descaso e o esquecimento dos feitos da Força Expedicionária Brasileira por parte dos cidadãos. Suas vozes, entretanto, eram ouvidas predominantemente por uma minoria “composta de parentes, amigos e admiradores da participação brasileira na guerra, e lidas em jornais e boletins informativos das próprias associações, com tiragem e público bastante restritos.”. (RIBEIRO, 2013, p. 17)

Rigoni (2015) ressalta que a grande cisão das associações da FEB, provocada por questões ideológicas e de mando, proporcionaria uma fragmentação entre as mesmas. Atualmente, a autora aponta que a situação das associações se encontra precária, onde muitas delas acabaram fechando as portas devido à falta de associados. Algumas das associações entregaram seus acervos ao Exército Brasileiro ou a clubes de militares da reserva. A historiadora afirma que o tempo tem sido inexorável para os veteranos e que, os poucos que ainda estão vivos não conseguem vislumbrar uma continuidade de suas associações, tendo como consequência a existência de associações, em sua maioria fragilizadas e sem um corpo de sócios efetivos.

Os direitos conquistados pelos febianos através de suas longas tentativas desde o seu retorno foram, inicialmente, diversas leis de benefícios amplos. Seria apenas em 1988, com a nova Constituição Federal que os veteranos viriam a conquistar o direito de uma pensão especial, como reconhecimento de seus sacrifícios durante a Segunda Guerra Mundial. (Ferraz, 2005; Pecak, 2009). Os benefícios, entretanto, chegaram tarde demais para a maioria deles: dos 25 mil expedicionários, pouco menos de 10 mil estavam vivos quando o reconhecimento foi aprovado. “Ao esquecimento histórico de sua participação na guerra, acrescentou-se o esquecimento concreto, material.”. (FERRAZ, 2005, p. 70). Autores como Soares (1958) e Haag (2013) declaram que a morosidade para resolver os problemas dos ex-combatentes contribuiu para as dificuldades enfrentadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes da viagem à Nápoles, teria se dito que, quando os expedicionários retornassem teriam “outra vida”: repleta de novas oportunidades e novos direitos. Em vista disso, os primeiros dias de retorno da Força Expedicionária Brasileira foram repletos de esperanças entre os ex-combatentes: a calorosa recepção, as promessas e o interesse da população em ouvir suas histórias incentivavam a ideia de que o momento dos febianos seria baseado em colher os bons frutos dos prévios momentos



de horrores da guerra. O que ocorre posteriormente, entretanto, iria à contramão desse imaginário. Ribeiro (2013) ressalta que depois da desmobilização os veteranos foram obrigados a enfrentar uma longa lista de decepções, que começou com a proibição do uso do uniforme da FEB e o descaso na entrega das medalhas e condecorações.

Quando os febianos retornam ao Brasil, já desmobilizados, não encontraram lugar de abrigo: de um lado, representavam uma ameaça ao jogo político da época. O governo via com maus olhos a recepção positiva aos expedicionários. De outro lado, os próprios militares perceberam o retorno dos febianos como uma ameaça aos seus cargos e posições. Nesse sentido, quando os veteranos e ex-combatentes chegam ao Brasil, não encontram grande apoio das duas esferas que mais necessitavam, sendo estas: o governo e o exército brasileiro.

Nas outras esferas, a situação também não foi muito diferente; os problemas familiares em decorrência das conseqüências psicológicas enfrentadas pelos febianos, as lesões físicas, as leis de apoio que não costumavam ser cumpridas, os obstáculos enfrentados na reintegração profissional e a falta de amparo estatal seriam fatores preponderantes para a malsucedida reintegração social dos expedicionários. Tanto os seus direitos quanto a sua própria história estavam em risco de esquecimento. Os expedicionários buscaram através das associações a busca por amparos de suas necessidades, mas mesmo com o auxílio das associações em questões médicas, profissionais e como agentes de memória, elas próprias também enfrentaram dificuldades. As divisões político-partidárias dividiram as associações e dificultaram as relações internas.

As leis que foram feitas em prol dos febianos também foram repletas de problemáticas: eram, grande parte das vezes, leis de benefícios amplos, não sendo leis específicas para os combatentes. Castro (2012) salienta que, apesar de uma quantidade relativamente grande de leis e medidas destinadas a apoiar a reintegração e assistência aos veteranos, poucas funcionaram bem. Para o autor, seria talvez um exagero dizer que os veteranos foram abandonados pelo Estado, mas sim, que o processo fora mal planejado e mal executado, não sendo este um fator organizado pelo Estado e pelo exército, mas um reflexo de um Estado que funcionava mal em muitas outras esferas.

Barone (2013) salienta que as lições da participação brasileira vão muito além da velha necessidade de reafirmar a bravura e o heroísmo dos pracinhas em campo de batalha. De acordo com o autor, a lição mais importante seja talvez constatar que o Brasil ainda sofre do mesmo problema que tanto dificultou a formação da Força Expedicionária Brasileira: a falta de

infraestrutura. Castro (2012) também referencia que, no caso das dificuldades das leis apresentadas para os febianos, o problema foi muito mais referente a um processo mal planejado e organizado do que a um abandono por si. Barone (2013) afirma que os erros e acertos na história da FEB poderiam render muitas lições e evitar maiores revezes na realização de outros tantos importantes projeto nacionais, o que ajudaria a desfazer, talvez, a desconfortável constatação de que o Brasil parece nunca aprender com os seus erros e falhas do passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONE, João Alberto. **1942: O Brasil e Sua Guerra Quase Desconhecida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013. Disponível em: <[www.sejusp.ms.gov.br/.../1942-O-Brasil-E-Sua-Guerra-Quase-Desco-Joao-Barone.pdf](http://www.sejusp.ms.gov.br/.../1942-O-Brasil-E-Sua-Guerra-Quase-Desco-Joao-Barone.pdf)> Acesso em: 22 mar. 2016.

BLAJBERG, Israel. **Soldados que vieram de longe: Os 42 brasileiros judeus da 2ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2008. Disponível em: <[https://issuu.com/asilva1/docs/soldados\\_que\\_vie-ram\\_de\\_longe\\_\\_\\_e\\_book\\_\\_\\_israel\\_bla](https://issuu.com/asilva1/docs/soldados_que_vie-ram_de_longe___e_book___israel_bla)> Acesso em: 05 jun. 2016.

BREYNER, Mal. Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: Estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com/books-?isbn=8522512507>> Acesso em 19 mai. 2016

COSTA, Octavio. **Cinquenta Anos Depois da Volta**. 3º ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

FERRAZ, Francisco César Alves. **O Brasil na Guerra: Um Estudo de Memória Escolar**. (Comunicação apresentada no IV Encontro Perspectiva do Ensino de História). Ouro Preto: Anais da ANPOC, abril de 2001. Disponível em: <<http://ojs.fe.un-icamp.br/ged/index.php/FEH/article/view/5460>> Acesso em: 01 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000**. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HAAG, Carlos. **Em busca da “guerra boa” dos pracinhas**. Pesquisa FAPESP, ago. 2013. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/08/13/em-busca-da-guerra-boa-dos-pracinhas/>> Acesso em: 17 mai. 2016.

HENRIQUES, Elber de Mello. **A FEB Doze Anos Depois**. Volume 261. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação**. São Paulo: Ed. Unidas, 1975.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A F.E.B pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947

\_\_\_\_\_. **Memórias**. 2ª Edição. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião Paranaense do Expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaense**. (1943 – 1951). (Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Paraná.). Curitiba, 2005. Disponível em: <[www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Sirleidefatimanass.p-df](http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/Sirleidefatimanass.p-df)> Acesso em: 22 mai. 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. **Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário – SA/LPE (1946 – 1960)**. Militares e Política, n° 9. jul/dez, 2011. Disponível em: <[http://lemp.historia.ufrj.br/revista/Reintegracao\\_social\\_do\\_ex-combatente.pdf](http://lemp.historia.ufrj.br/revista/Reintegracao_social_do_ex-combatente.pdf)> Acesso em: 19 mai. 2016

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Nova Batalha: a Reintegração Social dos Veteranos da FEB**. Universidade Federal de Sergipe. Boletim Historiar, n. 04, jul/ago. 2014, p. 77-79. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>> Acesso em: 16 nov. 2015

PENCAK, William. (Editor). **Encyclopedia of the Veteran in America**. A-P, Volume 1. Estados Unidos: ABC – CLIO: 2009. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=XtxJ\\_zF\\_yd-UC&pg=PA110&dq=ANVFEB&hl=ptBR&sa=X&redir\\_esc=y#v=onepage&q=ANVFEB&f=false](https://books.google.com.br/books?id=XtxJ_zF_yd-UC&pg=PA110&dq=ANVFEB&hl=ptBR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=ANVFEB&f=false)> Acesso em: 15. Jun. 2016.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889 – 2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **A Esquerda Militar no Brasil: Os veteranos comunistas da FEB. (1945 – 1950)**. Veredas da História. Ano III. Ed. 2. 2010. Disponível em: <[https://issuu.com/policialbr/docs/esquerda\\_militar](https://issuu.com/policialbr/docs/esquerda_militar)> Acesso em: 13 mai. 2016.

PRETTI, Gleibe. **Os pracinhas brasileiros na 2 Guerra Mundial**. São Paulo: Clube de Autores, 2012. Disponível em: <[https://clubedeautores.com.br/book/126774OS\\_PR-ACINHAS\\_BRASILEIROS\\_NA\\_2\\_GUERRA\\_MUNDIAL#.V3UuxUv6tdg](https://clubedeautores.com.br/book/126774OS_PR-ACINHAS_BRASILEIROS_NA_2_GUERRA_MUNDIAL#.V3UuxUv6tdg)> Acesso em: 18 jun. 2016

RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em Luto e Luta: construindo a Memória da FEB.** (Tese de Doutorado apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Rio de Janeiro: CPDOC, 2013. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11296/Tese%20completa\\_REV4.pdf.txt?sequence=3](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11296/Tese%20completa_REV4.pdf.txt?sequence=3)> Acesso em: 15 mai. 2016.

RIGONI, Carmen Lúcia. **O futuro das associações de ex-combatentes.** Portal da FEB: 2015. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/o-futuro-das-assocacoes-de-ex-combatentes-no-brasil/>> Acesso em 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Museus da FEB 70 Anos Depois, Seria o Fim de uma Era?** Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/museus-da-feb-70-anos-depois-seria-o-fim-de-uma-era/>> Acesso em: 01 nov. 2015

ROSA, Franco de. (Org.) **O Brasil na 2ª Guerra Mundial: A história através dos depoimentos de quem esteve lá.** São Paulo: Editora Minuano, 2012.

SCHUTZ, A. **Bases da fenomenologia.** In: WAGNER, H. (Org). (1979) Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins. (Org.) **Enciclopédia de Guerras e Revoluções. 1919 – 1945: A época dos fascismos, das ditaduras e da segunda guerra mundial. (1939 – 1945).** v. 2. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=N13jB-wAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>> Acesso em: 05 mai. 2016.

SILVA, Márcio Aparecido Pinheiro. **Conflitos Políticos nas Associações de Ex-combatentes do Brasil e as Perseguições Políticas na Ditadura Civil-Militar – 1964-1985.** Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo. XII Encontro da Associação Nacional de História, Mato Grosso do Sul: UFMS/CPAQ, out. 2014. Disponível em: <[http://www.encontro.ms.anp-uh.org/resources/anais/38/-1408247544\\_ARQUIVO\\_ArtigoDoutrinaDeSegurancaDasAssociacoesDosEx-CombatentesDoBrasilNaDitadura.pdf](http://www.encontro.ms.anp-uh.org/resources/anais/38/-1408247544_ARQUIVO_ArtigoDoutrinaDeSegurancaDasAssociacoesDosEx-CombatentesDoBrasilNaDitadura.pdf)> Acesso em: 12 mai. 2016.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SOARES, Leonardo. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba: Livraria Soares, 1958.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **A FEB (re)vista nos filmes documentários: algumas considerações iniciais.** Revista Brasileira de Ciências da Computação. v. 29, p. 149 – 173. São Paulo: Intercom, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/-pdf/698/69830986009.pdf>> Acesso em: 02, mai. 2016.

